

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 06/04/2017

- [Temer institui Comitê Interministerial da Política de Juventude](#)
- [Cármen Lúcia instala Fórum Nacional da Infância e Juventude](#)
- [Plano para Funase vai custar R\\$ 73 milhões](#)
- [STF recebe nesta quinta-feira \(6\) rei e rainha da Suécia](#)
- [Secretaria da Criança e CNMP fecham parceria sobre sistema socioeducativo](#)
- [CIJ/CNMP fecha parceria para compartilhamento de dados de seu sistema sobre unidades socioeducativas](#)

Assunto: Temer institui Comitê Interministerial da Política de Juventude

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 06/04/2017



Publicado no *Diário Oficial da União* de hoje (6) o decreto presidencial que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), com a função de monitorar permanentemente as políticas públicas do governo federal para a juventude. O Coijuv ficará no âmbito da Secretaria de Governo da Presidência da República.

O decreto, assinado pelo presidente Michel Temer, detalha as competências do comitê para atingir os objetivos. Entre elas está a de elaborar, propor, subsidiar e monitorar iniciativas como a Política Nacional de Juventude, o Fundo Nacional, o Sistema Nacional (Sinajuve) e fazer relatórios com o balanço anual de programas e ações do governo para o setor.

O Coijuv será integrado por 15 membros de 13 ministérios. O Ministério dos Direitos Humanos tem representantes de três secretarias (Políticas para as Mulheres, Direitos da Pessoa com Deficiência e Políticas de Promoção da Igualdade Racial). As reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente.

Assunto: Cármen Lúcia instala Fórum Nacional da Infância e Juventude

Fonte: CNJ

Data: 06/04/2017



A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, realizará, nesta quinta-feira (6/4), às 9 horas, a abertura do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj). O evento, em Brasília/DF, contará ainda com a participação do corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, e do conselheiro do CNJ e presidente do Foninj, ministro Lelio Bentes. Ao final da manhã, será aprovada a Carta do Foninj, com a definição das diretrizes de atuação do fórum.

O tema proposto para debate entre os participantes do fórum é “O Poder Judiciário e a Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente”. De caráter permanente, o Foninj foi instituído por meio da Resolução CNJ n. 231/2016, com a atribuição de elaborar estudos e propor medidas para a coordenação, elaboração e execução de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário, para aprimoramento da prestação jurisdicional na área da infância e juventude.

O fórum é composto por dois conselheiros do CNJ e juízes, que deverão orientar os trabalhos desenvolvidos pelas Coordenadorias da Infância e da Juventude dos estados e do Distrito Federal, além de facilitar a interlocução entre os órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça da Infância e da Juventude, as Coordenadorias da Infância e da Juventude e o CNJ.

Conforme a Portaria n. 16/2017, o colegiado é presidido pelo conselheiro Lelio Bentes e tem como vice-presidente o conselheiro Carlos Eduardo Dias. O grupo também conta com a participação da juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Sandra Aparecida Silvestre e da juíza auxiliar da Presidência do CNJ Maria de Fátima Alves da Silva, além de juízes das Justiças do Trabalho, federal e estadual.

Serviço: Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj)

Dia: 6 de abril, quinta-feira

Horário: 9 horas

Local: Supremo Tribunal Federal, Sala de Sessões da 2ª Turma, anexo 2-A, 4º Andar

Assunto: Plano para Funase vai custar R\$ 73 milhões

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 06/04/2017

jornal do commercio

R\$ 73 milhões em investimentos e nove meses para reverter a atual situação de precariedade do sistema socioeducativo de Pernambuco, coordenado pela Funase. No plano de reestruturação apresentado ontem, o governo do Estado prometeu investir em infraestrutura e gestão para evitar os casos recorrentes de motins e mortes dentro do sistema – 45 adolescentes perderam a vida em rebeliões nos últimos cinco anos, de acordo com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Três unidades serão finalizadas até o final do ano, gerando as 200 vagas que o Estado diz serem necessárias para zerar a superlotação.

Serão imediatamente convocados 28 agentes socioeducativos aprovados em um concurso público realizado em 2013, e que expira no próximo dia 11. O déficit de servidores, apenas nas unidades do Grande Recife, é de 200, e o governo pretende, ao longo do ano, realizar seleções simplificadas para minimizar esse passivo. Um novo concurso está sendo estudado. O anúncio vem no momento mais crítico da história do sistema. Apenas nos três primeiros meses de 2017 foram seis mortes e 32 fugas. O último motim aconteceu no domingo passado, no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata. Três adolescentes morreram asfixiados depois que colchões em camas foram jogados na cela onde se encontravam. O secretário estadual de Desenvolvimento Social, Infância e Juventude, Roberto Franca, acusou funcionários da unidade de facilitar a ação. “Temos indícios de que houve sabotagem e facilitação, uma vez que as mortes não foram oriundas de conflitos entre grupos rivais”, disse.

VITÓRIA

Franca afirmou que solicitou à Polícia Civil a designação de um delegado especial para investigar o caso e que “os culpados pelas mortes dos adolescentes precisam ser punidos”. Em reserva, um agente socioeducativo que trabalha na unidade rechaçou a acusação. “O governo quer encontrar um bode expiatório para o caos em que se encontra o sistema, e quer jogar a culpa em cima de nós”.

Para o presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), Eduardo Figueiredo, o plano é um avanço em termos de gestão. “A infraestrutura por si só não resolveria muita coisa, então é preciso focar em quem vai cuidar do sistema”.

A coordenadora executiva do Gajop, Edna Jatobá, diz que o documento é superficial. “São pontuados os problemas e colocados algumas ações, mas não há responsabilidades, metas, origem dos recursos”, explica. Na reunião do Cedca, que acontece amanhã, na sede da entidade, no bairro das Graças, Zona Norte do Recife, ela espera que o plano seja aprofundado e discutido com a sociedade. “Até agora não vislumbramos as respostas para situações de violações de direitos dos adolescentes”.

Assunto: STF recebe nesta quinta-feira (6) rei e rainha da Suécia
Fonte: STF
Data: 06/04/2017



A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, recebe nesta quinta-feira, às 16h30, os reis da Suécia, Carl XVI Gustaf e Silvia, que cumprem visita oficial ao Brasil desde segunda-feira. O encontro marcará a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto WCF-Brasil (*Childhood* Brasil).

A *Childhood* Brasil é uma organização brasileira que faz parte da *World Childhood Foundation*, criada em 1999 pela Rainha Silvia em parceria com empresários e fundações familiares a partir do impacto do Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças, realizado três anos antes em Estocolmo. A organização tem escritórios também nos Estados Unidos, na Alemanha e na Suécia, que concentram suas atividades no apoio financeiro a projetos e organizações em mais de 16 países. No Brasil, a *Childhood* influencia políticas públicas, trabalha junto ao setor privado e estimula a sociedade civil a olhar para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O acordo de cooperação assinado com o CNJ visa à realização de ações voltadas ao enfrentamento da violência física, sexual e psicológica contra crianças e adolescentes e à elaboração de estudos e propostas voltadas para a efetividade das estruturas de atenção a crianças cujas mães se encontrem privadas de liberdade.

Assunto: Secretaria da Criança e CNMP fecham parceria sobre sistema socioeducativo

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos

Data: 06/04/2017



Os dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) referentes às unidades de atendimento a adolescentes em conflito com a lei serão compartilhados com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. A parceria foi acertada nesta quarta-feira (5) em reunião com a presença do presidente da Comissão da Infância e Juventude do CNMP, conselheiro Walter Agra Júnior, da secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Claudia Vidigal e da juíza corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Sandra Silvestre.

O objetivo é otimizar o uso desses números, colhidos por meio de visitas de promotores de Justiça com atuação na área da Infância e Juventude a unidades de socioeducação. Em contrapartida, a secretaria se compromete a contratar o serviço de consultores que analisarão os dados.

Na visita, Claudia Vidigal também aproveitou para pedir o apoio da CIJ/CNMP ao Pacto Nacional pelo Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase), que será assinado entre órgãos governamentais a fim de fortalecer as garantias de um atendimento socioeducativo qualificado aos adolescentes em conflito com lei.

O Sinase regulamenta a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, presta o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito.

Também participaram da reunião os membros auxiliares da CIJ/CNMP José Augusto Peres e Darcy Ciraulo; e o coordenador-geral do Sinase, Ricardo da Costa.

Assunto: CIJ/CNMP fecha parceria para compartilhamento de dados de seu sistema sobre unidades socioeducativas

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público

Data: 06/04/2017



Na manhã desta quarta-feira, 5 de abril, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ocorreu a primeira reunião com a presença do presidente da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), conselheiro Walter Agra Júnior, da secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudia Vidigal e da juíza corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Sandra Silvestre. Na oportunidade, o conselheiro Walter Agra viabilizou que a comissão compartilhe os dados que possui sobre as unidades do sistema socioeducativo brasileiro, em seu sistema denominado Business Intelligence, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

Por meio dessa parceria, a referida secretaria se compromete a contratar o serviço de consultores que analisarão os dados do sistema da CIJ/CNMP. O objetivo é otimizar o uso desses números, a partir de uma análise aprofundada. Os dados são colhidos por meio de visitas de promotores de Justiça com atuação na área da Infância e Juventude a unidades de socioeducação.

Na visita, Cláudia Vidigal também aproveitou para pedir o apoio da CIJ/CNMP ao Pacto Nacional pelo Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase), que será assinado entre órgãos governamentais a fim de fortalecer as garantias de um atendimento socioeducativo qualificado aos adolescentes em conflito com lei. A análise dos dados da CIJ/CNMP pelos consultores irá, inclusive, ajudar neste fortalecimento do Sinase.

O Sinase regulamenta a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, presta o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito.

Também participaram da reunião os membros auxiliares da CIJ/CNMP José Augusto Peres e Darcy Ciraulo; e o coordenador-geral do Sinase, Ricardo da Costa.